

Centro de Desenvolvimento e Promoção

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E FUNDADORES:

Art. 1º O Centro de Desenvolvimento e Promoção Cultural sob o nome fantasia Plugadão é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que visa divulgar, preservar e congregar movimentos culturais juvenis. Situada na Rua Belo Horizonte, nº 63 Bairro Nova Cidade, fundada na cidade de Boa Vista, em 14 de Fevereiro de 2009 esta associação será regida pelo presente estatuto, bem como normas de direito, em especial os artigos 53 a 61 do Novo Código Civil com as alterações da lei 11127/05, e ainda pela Lei Federal 9790/99.

Art. 2º O Plugadão tem por finalidades:

I - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

II - Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9790 de 1999;

III - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

IV - Promoção do voluntariado;

V - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

VI - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

VII - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar;

VIII - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

IX - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

§1º - O Plugadão não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

§2º O Plugadão prestará contas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileira de Contabilidade, dando publicidade, por meio eficaz, acerca do encerramento do exercício fiscal, relatório das atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluindo a regularidade fiscal.

§3º O Plugadão é isento de quaisquer preconceitos ou discriminações relativos à cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política - partidária ou filosófica, nacionalidade em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.



Dr. Alexandre Cabral Moreira Pinto
ADVOGADO
OAB/RR 551



CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
Em testemunho da verdade,
São Carlos, 30/07/2023 Nº Ticket: 00458
3,71, FUNDEJURR: 0,31, FISC: 0,16, FECON: 0,16, ISS: 16Vr
RECIP: 158345N54DT8UM8NF8JB79
Consulte seu selo: <https://cidadeao.portalselorr.com.br>
CPF Solicitante: 84933143234

Marjory C. Esbell Braglia
Escritor Autorizada
Cartório Lousreiro

2

§4º No desenvolvimento de suas atividades, o Plugadão atenderá observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 3º O Plugadão terá um Regimento Interno que aprovado pelo Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 4º O Plugadão tem como fundadores os senhores: Sólton Helton Borges de Lima, Brasileiro, União estável, Sócio Orientador, inscrito no RG com numero: 195658 SSP/RR e CPF: 788.647.042-72, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Palmas, Nº 986 Bairro Nova Cidade, CEP: 69.300-000 e Luciano Pinheiro de Azevedo, Brasileiro, União estável, Servidor Publico, inscrito no RG com o numero: 531.950 SSP/RO e CPF: 652.586.302.34, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Casemiro de Abreu, Nº 108 Bairro Canarinho Cep: 69.306-505.

Capítulo II – DOS SÓCIOS

Art. 5º O Plugadão é constituído por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

I - Sócios Fundadores: Os que participaram da Assembléia Geral de Fundação da Associação e assinaram a Ata da Fundação.

II - Sócios Colaboradores: Pessoas físicas que, identificadas com os objetivos da entidade, solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pela Diretoria.

Parágrafo único - Todo associado tem o direito de participar das atividades da Associação, bem como o dever de cumprir as obrigações tomadas pela Diretoria ou Assembléia Geral, podendo desligar-se quando o desejar, bastando comunicar à Diretoria por escrito, ou por decisão fundamentada da Diretoria e aprovada por Assembléia Geral.

Art. 6º São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

- I – Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II – Tomar parte nas assembléias Gerais;

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS IDOFCIO
Av. Ville Roy, 5623, Centro, CEP 69300-001
REGISTRO: 00005567, Livro: 4114.
Protocolo: 00013765.
Registro em 07/07/2009. Dou fe.

Art. 7º São deveres dos sócios:

- I – Cumprir disposições estatutárias e regimentais;
- II – Acatar decisões da Diretoria;
- III - Estar em dia com suas obrigações para com o Plugadão;
- IV - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade;
- V – Colaborar quando solicitado pela Diretoria, na execução de atividades promovidas pelo Plugadão.

Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º O plugadão será administrado por:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria;

DEUSDETE COELHO FILHO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Maria de Jesus S. Rocha
Rita de Cássia Mello Coelho
Aurea Virginia Mello Coelho

Dr. Alexandre Cabral Moreira Pinto
ADVOGADO
OAB/RR 581





III – Conselho Fiscal.

Art. 9º A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 10º Compete à Assembléia Geral:

- I – Eleger ou destituir os administradores;
- II – Alterar o estatuto.

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS OFÍCIO
Av. Ville Roy, 5623, Centro, CEP 69300-001
REGISTRO: 00005567, Livro: A-14.
Protocolo: 00013765.
Registro em 07/07/2009, Dou fe.

§ 1º Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum é o estabelecido no presente estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

§ 2º A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados (em dia com as obrigações do Plugadão) o direito de promovê-la.

§ 3º No caso do inciso primeiro deste artigo, a matéria somente poderá ser deliberada estando presente em primeira convocação a maioria absoluta ou em segunda convocação por deliberação de 1/3 dos sócios em dia com as obrigações do Plugadão.

§ 4º No caso do inciso segundo, a instalação da assembléia se dará com a presença de 1/5 dos associados ou qualquer número em segunda convocação, sendo que as decisões da Assembléia serão tomadas mediante maioria absoluta de seus membros inscritos; ou apenas pela maioria dos presentes, na segunda chamada, caso não haja quorum na primeira hipótese.

§ 5º Os associados que não estiverem em dia com a contribuição, nem participarem no mínimo à metade das reuniões, não serão computados nos quoruns, salvo faltas justificadas.

§ 6º A instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados no mercado na região onde exerce suas atividades.

§ 7º Os associados e membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não respondem subsidiariamente pelas obrigações do Plugadão.

§ 8º A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo Plugadão será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 11º A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

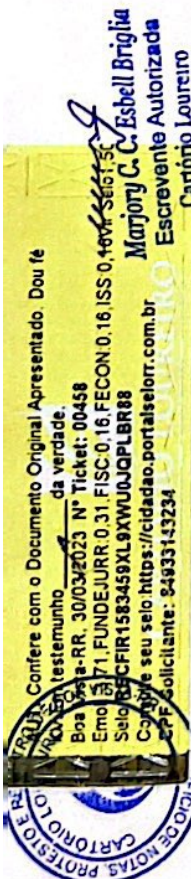
- I – Apreçar o relatório anual da Diretoria;
- II – Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 12º A Assembléia Geral se realizará extraordinariamente, quando convocada;

- I – Pela Diretoria;
- II – Pelo Conselho Fiscal;
- III – Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 13º A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado da sede da Instituição ou publicado da imprensa local, por circulares e outros meios convenientes, com

Dr. Alexandre Cabral Moreira Pin.
ADVOGADO
OAB/RN 111.111



antecedência mínima de cinco dias.

Art. 14º A instituição adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e ainda pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

Art. 15º A Diretoria é constituída por:

I – Presidente de Honra;

II – Presidente;

III – Primeiro vice-presidente;

IV – Segundo vice-presidente;

V – Primeiro Tesoureiro;

VI – Segundo Tesoureiro;

VII – Primeiro Secretário;

VIII – Segundo Secretário.



REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS 120FIC10
Av. Ville Roy, 5623, Centro, CEP 69300-001
REGISTRO: 00005567, Livro: 14.
Protocolo: 00013765.
Registro em 07/07/2009. Dou 16.

Parágrafo Único – O mandato da Diretoria será de quatro anos, sendo permitida uma única reeleição.

Art. 16º Os membros da Diretoria eleitos em primeira assembleia são:

I – Presidente de Honra: Luciano Pinheiro de Azevedo, Brasileiro, União estável, Servidor Público, RG: 531.950 SSP/RO, CPF: 652.586.302.34, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Casemiro de Abreu, Nº 108 Bairro Canarinho Cep: 69.306-505;

II – Presidente: Sólton Helton Borges de Lima, Brasileiro, União estável, Sócio Orientador, RG: 195658 SSP/RR, CPF: 788.647.042-72, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Palmas, Nº 986 Bairro Nova Cidade, CEP: 69.300-000;

III – Primeiro vice-presidente: Thiago Pereira Souza de Jesus, Brasileiro, Solteiro, Universitário, RG: 249.190 SSP/RR, CPF: 849.331.432-34, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: rua OP XVII, Nº 428, Bairro Operário, CEP: 69.300-000;

IV – Segundo Vice-presidente: Rubens da Silva Brandão, Brasileiro, Solteiro, Pedreiro, RG: 244.608 SSP/RR, CPF: 879.979.672-49, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Belo Horizonte, Nº 766 Bairro Nova Cidade CEP: 69.300-000;

V – Primeiro Tesoureiro: Sabrina Steffâne Costa de Amorim, Brasileira, União estável, Servidora Pública, RG: 203.785 SSP/RR, CPF: 904.801.982-68, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Palmas, Nº 986 Bairro Nova Cidade, CEP: 69.300-000;

VI – Segundo Tesoureiro: Marcione da Silva Brandão, Brasileiro, Solteiro, Militar, RG: 245.125 SSP/RR, CPF: 002.704.692-30, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Belo Horizonte, Nº 766 Bairro Nova Cidade CEP: 69.300-000;

AUT. Confere com o Documento Original Apresentado. Dou 16

KV. Em testemunho da verdade.

Boa Vista-RR, 30/03/2023 Nº Ticket: 00458

Emol: 3.71 FUNDEJURR 0.31, FISC 0.16, FECON 0.16, ISS 0.16, Selo: J. C. Esbell Briglia

Selo REC FIR 158345CZV3ZHUPEZ152237

Consulte seu selo https://cidadao.portalsorrr.com.br

CPF Solicitante: 34933143234

Escrevente Autorizada

Cartório Loureiro



Dr. Alexandre Cabral Moreira Pinho
ADVOGADO
OAB/RR 841

VII – Primeira Secretária: Shirlene de Souza Santos, Brasileira, Solteira, Servidora Pública, RG: 243.944 SSP/RR, CPF: 926.496.302-59, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Campo Grande, Nº 455, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.316-212;

VIII – Segunda Secretária: Marta Mariano da Silva, Brasileira, Solteira, Servidora Pública, RG: 248.021 SSP/RR, CPF: 925.013.972-15, residente e domiciliado nesta cidade no endereço: Rua Recife, Nº 710, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.300-000;

Art. 17º Compete à Diretoria:

- I – Gerir a Associação;
- II – Elaborar e executar programa anual de atividades;
- III – Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- IV – Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em Atividades de interesse comum;
- VI – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto;

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS IDONÍCIO
 Av. Ville Roy, 5623, Centro, CEP 69300-001
 REGISTRO: 00005567, Livro: A-14.
 Protocolo: 00013765.
 Registrado em 07/07/2009. Dou fe.

Art. 18º A diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

§1º O Presidente de Honra e o Presidente, de comum acordo decidirão o dia, hora e local das reuniões da associação.

§2º Somente haverá nova eleição, se o presidente for afastado por faltas, por Assembléia Geral ou por fim do mandato de quatro anos.

§3º Em caso de abandono de função, inviabilizando a atividade da associação, o membro será substituído por outro associado indicado pelo Presidente de Honra e o Presidente em comum acordo.

Art. 19º Compete ao Presidente de Honra:

- I – Representar o Plugadão – sozinho ou ao lado do presidente, ou membro da diretoria ou associado;
- II – Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade;
- III – Superintender as atividades da Associação;
- IV – Aprovar a inscrição de filiados, devendo a rejeição ser fundamentada;
- V – Buscar todos os meios legais para fazer cumprir este estatuto;
- VI – Contratar e demitir funcionários;
- VII – Convocar reunião ou Assembléia Geral;
- VIII – Presidir as reuniões da Diretoria;

DEUSDETE COELHO FILHO
 OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
 Maria de Jesus S. Rocha
 Rita de Cássia Mello Coelho
 Aurea Virginia Mello Coelho
 SUBSTITUTOS
 BOA VISTA - RORAIMA

Parágrafo único – Desde que embasado, com documentação ou qualquer meio de prova legal o Presidente de Honra terá poder de veto nas decisões e deliberações da diretoria, podendo este veto somente ser derrubado mediante uma assembléia geral, nos termos deste Estatuto.

Art. 20º Compete ao Presidente:

- I – Representar o Plugadão judicial e extra-judicialmente, ativamente e passivamente;
- II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- III – Presidir a Assembléia Geral;
- IV – Convocar reuniões da Diretoria;
- V – Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade;
- VI – Superintender as atividades da Associação;



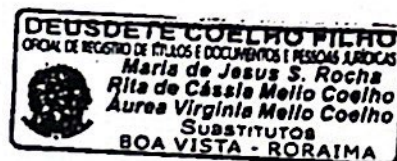
Dr. Alexandre Cabral Moreira Pin.
 ADVOGADO
 OAB/RR 341

Cartório Loureiro
 Escrevente Autorizada
 Cartório Loureiro
 Confere com o Documento Original Apresentado. Dou fe
 Em testemunho da verdade,
 Vista-RR, 30/03/2023 Nº Ticket: 00458
 3.71.FUNDEJURR 0.31.FISC 0.16.FECON 0.16.ISS 0.16.IMP
 RECIR158345RPN071C2FLK3GR81
 Consulte seu selo https://cidadao.portalorri.com.br
 CPF Solicitante: 94933143231

Parágrafo único - A administração financeira será feita em conjunto pelo Tesoureiro, Presidente de Honra e Presidente.

Art. 21º Compete ao 1º Vice-Presidente e 2º vice-presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade;
- IV - Prestar, de modo geral sua colaboração ao Presidente.



Parágrafo único - Compete ao primeiro e segundo vices-presidente substituir o Presidente, obedecendo a ordem hierárquica dos seus antecessores e apresentando justificativa da ausência escrita pelo Presidente.

Art. 22º Compete ao Primeiro Secretário:

- I - Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- II - Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- III - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade.



Art. 23º Compete ao Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário;
- IV - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade.

Art. 24º Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II - Pagar as contas autorizadas pelo Presidente e pelo Presidente de Honra em comum acordo;
- III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV - Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V - Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI - Manter todo o numerário em estabelecimentos de crédito;
- VII - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade.

Art. 25º Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro;
- IV - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade.

Parágrafo único - Na vacância dos titulares, assumirão pela ordem de procedência do primeiro em diante, os respectivos suplentes.

Art. 26º O Conselho Fiscal será constituído por três membros, eleitos pela Assembléia Geral.

Dr. Alexandre Cabral Moreira Pinto
ADVOGADO
OAB/RR 661

AUT. Confere com o Documento Original Apresentado. Dou fé
V. Em testemunho da verdade.
Boa Vista-RR, 30/03/2023. Nº Ticket: 00458
Mol. 3.71 FUNDEJURR 0.31 FISC 0.16 FECON 0.16 ISS 0.16
RECIFIR158345GDESZNUAUOBCF14
Consulte seu selo pelo <https://cidadao.portalseirr.com.br>
CPF Solicitante: 84933143234
Escritura Autorizada
Cartório Loureiro



[Handwritten signature]

Parágrafo único - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 27º Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV - Zelar pela imagem, história, patrimônio e acervo da entidade.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 28º O Plugadão poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações (depois de examinados e aprovados pela diretoria), bem como firmar convênios (nacionais ou internacionais) com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.

Parágrafo Único - Os sócios colaboradores ficaram sujeitos ao pagamento de uma mensalidade fixada pela diretoria e destinada como fonte de recurso para manutenção.

Art. 29º O patrimônio do Plugadão será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

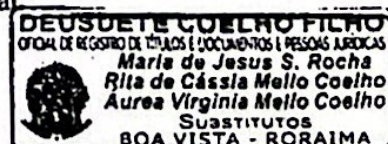
Art. 30º No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99 preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 31º Na hipótese de uma pessoa jurídica perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Capítulo V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 32º A prestação de contas da Instituição observará:

- I - Os princípios fundamentais de contabilidade e as normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.



Dr. Alexandre Cabral More
ADVOGADO
OAB/RP

Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33º O Plugadão será dissolvida (o) por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, Especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 34º O Presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 35º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.
Boa Vista RR, 14 de Fevereiro de 2009.

TABELIONATO
DEUSDETE COELHO

Solon Helton Borges de Lima
SOLON HELTON BORGES DE LIMA

Presidente

Alexandre Cabral Moreira Pinto

Alexandre Cabral Moreira Pinto

Advogado OAB-RR 551

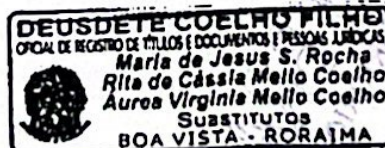
TABELIONATO DEUSDETE COELHO - 1.º OFÍCIO
BOA VISTA - RORAIMA (95) 3224-3327

RECONHECO SEMELHANTE a(s) assinatura(s)
[CrosGGT2]-SOLON HELTON BORGES DE LIMA

Em testemunho da verdade.
Boa Vista, 07 de Julho de 2009.

049-AUREA VIRGINIA MELLO COELHO
TABELIA SUBSTITUTA-ACBP Custas:1,00

Maria de Jesus S. Rocha
Tabelia Substituta



REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO
AV. VILLE ROY, 5623, CENTRO, CEP 69300-001
Boa Vista-RR. - Fone: (95) 3224-3327
DEUSDETE COELHO FILHO - Oficial

REGISTRO
Documento Registrado e digitalizado
sob nº 00005567, Livro: A-14.
Protocolado sob nº 00013765
Registro em 07/07/2009.
Dou fé: Boa Vista-RR, 07/07/2009.



CARTÓRIO LOUREIRO DR. JOZIEL LOUREIRO
TABELIAO E REGISTRADOR
AV. VILLE ROY, Nº 3636 - CENTRO - BOA VISTA/RR - TEL: (95) 3634-3250 - ATENDIMENTO@CARTORIOLOUREIRO.COM.BR

AUT. Confere com o Documento Original Apresentado. Dou fé
KV. Em testemunho da verdade.
Boa Vista-RR, 30/03/2023 N° Ticket: 00458
Emol.: 3,71, FUNDEJURR 0,31, FISC 0,18, FECON 0,16, ISS 0,16
Selo REC FIR 15834539V12NUF1ABTSF00
Consulte seu selo <https://cidadao.portalselorr.com.br>
CPF Solicitante: 84933143234

Maryory C.C. Bell Brighia
Escritor Autorizada
Cartório Loureiro



EM BRANCO
CARTÓRIO LOUREIRO